



O Parque do Ibirapuera e o lazer na cidade de São Paulo: da descrição à apropriação¹

(Ibirapuera Park and leisure in the city of São Paulo: a local description and appropriation)

Paulo Cezar Nunes Junior²

Resumo:

Este trabalho busca debater o papel dos parques urbanos e do lazer no desenvolvimento das cidades atuais, em especial na cidade de São Paulo. A partir de dados de uma pesquisa antropológica realizada em 2008 no Parque do Ibirapuera, serão apontados elementos de descrição do local e apropriações feitas pelos usuários no uso do tempo livre.

Palavras-Chave: parques; espaço urbano; cidade.

Abstract:

This article discusses the function role of urban parks and leisure which has been affected the development in present cities, specifically in São Paulo. The data steams from an anthropological research carried out in Ibirapuera's Park on 2008, which is the base to indicate components used to construct a local description of the users appropriation on leisure.

Keywords: parks; urban space; city.

¹ Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq entre os anos de 2007 e 2008.

² Mestre em Educação Física - Universidade Estadual de Campinas, Docente - Universidade Federal de Itajubá, R. Benedito Borges, 205 Jd. Bela Vista. CEP37502173 – Itajubá/MG, pcn_junior@yahoo.com.br.

Introdução

Entre os múltiplos espaços de lazer existentes na metrópole de São Paulo, os parques urbanos são lugares interessantes para pensar a relação entre as formas desta manifestação e o desenvolvimento da cidade. No dualismo presente entre lazer e trabalho, atuam como uma espécie de “parênteses” ao espaço configurado para este segundo, revelando interfaces com o lazer por meio da organização do espaço e justificando a utilização do termo “prótese”, proposto por Santos (1996). Segundo este autor, espaço é um conjunto indissociável de objetos (materiais, imateriais, naturais e artificiais) e de ações mediadas por normas.

Assim, ao pensar no modo como os parques urbanos participaram do desenvolvimento das cidades e no papel que eles ocupam na configuração do espaço hoje, é preciso problematizar dois pontos, levantados por Santos (1996): sua materialidade e sua imaterialidade. Isto nos leva a pensar que os parques são constituídos por aspectos de ordem material (quantidade de bancos, quadras, áreas para piquenique, sanitários), elementos naturais e objetos artificiais (áreas verdes, lagos, contato das pessoas com os animais, condições climáticas) e ainda por parâmetros de ordem imaterial (controles, sensações, emoções, conflitos, imaginários e identidades de grupo).

Estas reflexões iniciais mostram que o estudo sobre os parques urbanos pode trazer pistas valiosas a respeito do modo de organização das cidades. Nele se cruzam tensões em torno das práticas de lazer, que ligam esta manifestação a diversos aspectos a ela relacionados: elementos de arquitetura, de paisagismo, de urbanismo, de organização política, de formas de divertir-se; entre outros tantos que são fundamentais para o desenvolvimento social e que nos fornecem pistas para um entendimento mais ampliado ao redor deste tema.

Assim como o lazer, o parque urbano é um produto da cidade moderna. Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social. Naquele período, o lazer e o tempo livre deveriam contrapor-se ao trabalho e ao tempo produtivo gerados pelas imanências do ambiente urbano (MACEDO; SAKATA, 2002). Estes locais teriam por função conduzir os sujeitos à sensação de descanso e de entretenimento, seja pela recriação do contato com a natureza, seja pela oferta de atividades dotadas de elementos lúdicos, que despertassem o sujeito para uma noção de tempo e de outra conduta daquela proporcionada pelo sistema produtivo das fábricas.

Além do industrialismo, é preciso lembrar que a modernidade também é marcada pelo capitalismo e pela racionalidade. Por um lado, ambos os pólos (o lazer e o trabalho, o tempo livre e o tempo produtivo, o divertimento e a linha de montagem) estariam ligados pela lógica fabril ao modo de produção capitalista. Por outro, a racionalidade incutia, no despertar das ciências setecentistas, medidas de sistematização de métodos, ações de planejamento não só para as cidades, mas para a educação, para os hábitos de trabalho e de lazer.

De modo muito direto, estas diretrizes e maneiras de controle da sociedade determinaram também a organização dos espaços de lazer nas grandes cidades, primeiramente com a presença de praças, jardins públicos e áreas verdes similares, e depois, com outros espaços específicos para os diferentes esportes e demais práticas institucionalizadas como *de tempo livre*³.

Tomarei o desenvolvimento dos parques urbanos na cidade de São Paulo para ilustrar tais processos, uma vez que podemos encontrar nesta trajetória elementos interessantes para a discussão sobre os papéis desempenhados pelos espaços dos parques urbanos na organização da cidade e das práticas de lazer dos sujeitos no seu tempo livre.

São Paulo e os parques urbanos

É a partir do final do século XIX (KLIASS, 1993) que são criados os principais parques da cidade de São Paulo: Parque Villon, Parque Tenente Siqueira Campos (Parque Trianon), Parque Aclimação, Parque D. Pedro II e Parque da Água Branca. Estes espaços traduzem algumas das tensões sociais da época: trabalho e lazer, patrão e operário, urbano e rural. Pares que trazem arraigados em si as contradições e as formas com que o capital se expandiu por todo o século XX.

Essas características começam a aparecer no modo como as cidades são planejadas. O avanço do capitalismo e seus reflexos na configuração do espaço são acompanhados também pela incursão do lazer neste processo. Por isso defendo aqui a indissociabilidade presente entre lazer e espaço, cujo ponto de convergência e dissipação de significados ocorre no sujeito, agente primeiro desta relação.

A cidade de São Paulo tem hoje quarenta e dois parques públicos totalmente implantados (100 PARQUES, 2008). Em sua maioria, estes locais foram criados a partir da primeira metade do século XX, período no qual as fronteiras com o espaço

³ Poderíamos ainda nos ater aqui à consagração de certas práticas em outros espaços de lazer, como cinemas, *shoppings centers*, centros culturais, etc. Porém, como a discussão feita neste texto gira em torno dos parques urbanos, preferimos dar evidências a espaços com características próximas.

rural começam a ficar mais definidas. O loteamento das regiões de chácaras da antiga capital provinciana, somado à abertura de novas linhas de tráfego e ao alargamento das avenidas cederam à cidade de São Paulo a necessidade da criação de áreas específicas para o lazer no perímetro urbano. Este é o projeto levado a cabo pela modernidade no Brasil do início do século XX. Outras ações podem ser encontradas no Projeto Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e o Projeto Moreira Maciel, em Porto Alegre, ambos baseados nos ideais de modernização copiados dos modelos europeus, principalmente da cidade de Paris⁴.

Assim, o parque público, como o conhecemos hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna, porém está sempre em processo de recodificação. Macedo e Sakata (2002, p.13) apontam que:

Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles, como por exemplo, parque ecológico e parque temático.

Entendo o parque urbano como uma área destinada ao lazer da população, geralmente composto de áreas verdes. A partir desta característica comum é possível que um ou outro espaço se caracterize por atrativos ou funções específicas: edificações para *shows* ou exposições, parques infantis ou equipamentos para esportes, por exemplo.

Em São Paulo, o Parque Vila Lobos, na Zona Oeste, é identificado por suas amplas áreas livres usualmente utilizadas para grandes eventos. Já o Jardim da Luz, na região central da cidade, é conhecido pelos passeios e visitas ao prédio da Pinacoteca do Estado. Cada parque guarda consigo peculiaridades próprias de oferta de atividades, usos que estão intimamente ligados às condições de acesso e aos sujeitos que freqüentam cada um deles. Neste sentido, o Parque do Ibirapuera também possui diversas características que o identificam e que o elegem como local para a prática de lazer de milhares de usuários todos os dias.

O Parque do Ibirapuera

A década de 1950, período de construção do Parque do Ibirapuera, foi marcada pela verticalização intensa da área central de São Paulo, seguindo a velocidade de seu

⁴ O tema da implantação destes projetos nestas cidades e sua relação com o modelo de urbanização praticado na Europa são discutidos nos trabalhos de Amaral (2001), Marcassa (2002) e Sant'Anna (1994).

desenvolvimento urbano. As grandes reformas na estrutura da cidade, bem como a criação de parques, áreas verdes, monumentos e espaços públicos diversos era motivo de orgulho dos paulistanos mais ufanistas daquela época (LOFEGO, 2004).

Nesta época São Paulo se evidencia como uma das maiores cidades do mundo e a principal metrópole industrial latino-americana, abrigando por volta de 2,75 milhões de habitantes (BRITO; SOUZA, 2008). Ícone deste momento histórico, o Parque do Ibirapuera se insere como importante cartão postal e símbolo da modernidade da cidade. Sua inauguração ocorreu oficialmente em 21 de agosto de 1954, marcando as festividades do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

À equipe de planejamento⁵ coube a tarefa de descrever os documentos referentes à implantação do projeto do parque, nos quais constavam os aspectos gerais das atividades a serem desenvolvidas, “definindo que os trabalhos urbanísticos e arquitetônicos seriam orientados no sentido de criar em São Paulo um conjunto de espaços recreativos, culturais, artísticos, paisagísticos e esportivos” (ANDRADE, 2004, p.35). Os estudos desta equipe foram realizados em três etapas: Plano de conjunto; Projeto das unidades e Execução das obras (ANDRADE, 2004), dos quais apenas o primeiro se realizou.

O Plano de Conjunto reconheceu e analisou os planos urbanísticos existentes ou em estudo, realizados pelos poderes públicos, permitindo modificações. Este trabalho resultou na elaboração de um anteprojeto com traçado viário, circulação, estacionamento e comunicações; a definição das áreas para parques, jardins e demais atividades; e a localização dos edifícios. Estas diretrizes para construção do parque corresponderiam aos objetivos do desenvolvimento urbano de São Paulo. Ao concentrar as atividades de lazer populares dos mais diferentes tipos, ele atrairia o público geral de forma concentrada e criaria na dinâmica de seu funcionamento o papel de espaço, ao mesmo tempo acessível e em consonância com um modelo de “cidade organizada”.

⁵ Conforme a citação de Lofego (2004), “De autoria do arquiteto Oscar Niemeyer (e de uma equipe paulista composta pelos arquitetos: Eduardo Kneese de Mello, Zenon Lotufo, Hélio Uchoa Cavalcanti, Gauss Estelita, Carlos Lemos)”.



Figura 1 - Foto aérea com o projeto implantado. (1955). Fonte: MONDADORI (1975).

A imagem anterior nos remete a noção do hiato que o espaço do Parque do Ibirapuera representa aos seus arredores urbanos. Em meio ao emaranhado de ruas, quarteirões e construções relativamente organizadas, surge, imponente, o traçado moderno do novo parque. Sua comparação com o restante do bairro sugere uma ruptura de traços que, ao mesmo tempo em que destoa do desenho das ruas do bairro, corrobora com a noção de “cidade organizada” pregada pelo planejamento urbano em questão.

Em um período logo posterior à sua implantação, o espaço do Ibirapuera é utilizado para o funcionamento de prédios públicos. As construções feitas para as festividades de sua inauguração, destinadas a abrigarem exposições e demais eventos semelhantes acabaram servindo para repartições e sedes de órgãos da cidade, desviando-o, de certo modo, de seu sentido original.

O Parque do Ibirapuera, que fora criado com função social e recreativa, a partir de 1955 foi levado a exercer função administrativa. O Palácio da Agricultura foi ocupado pela Diretoria de Trânsito, e aos poucos outras repartições municipais se transferiram para o Parque. O antigo palácio das Nações, depois chamado ‘Palácio Manoel da Nóbrega’, foi ocupado pelo gabinete do Prefeito; no Pavilhão dos Estados, instalou-se a Secretaria das Finanças. (PORTO, 1992 p.162).

O exercício de pensar as funções do Ibirapuera na urbanização da metrópole paulistana no século XX pode conduzir ao levantamento de outros aspectos. Entre eles, é possível citar o papel de ícone que sua inauguração propiciou às comemorações do aniversário de quatrocentos anos da cidade de São Paulo em 1954; a condição de manutenção da “boa aparência” do desenvolvimento urbano e a atuação bivalente na

contração do espaço e do tempo. Estas funções desempenharam papéis de diferentes intensidades no decorrer do século XX, e em cada época apresentaram possibilidades e fragilidades no sistema de configuração do urbano.

Atualmente o aspecto do Parque do Ibirapuera sofreu algumas modificações do seu projeto original. De relevo plano, apresenta-se repleto de gramados e bosques, com um conjunto de três lagos, redes de caminhos, dezenas de edificações e um pequeno riacho. Como prédios centrais do parque pode-se listar seus quatro museus (Museu de Arte Moderna, Museu do Folclore, Pavilhão da Bienal, e Museu da Aeronáutica), o Auditório, o antigo espaço da Serraria (um espaço coberto, sem paredes), o planetário e a escola de astrofísica, a casa de cultura japonesa, o viveiro de mudas, a ciclovia, espelhos d'água, *playgrounds*, quiosques, lanchonetes, restaurante, esculturas, pontes, pérgula, estufas, estacionamento, pista de *Cooper*⁶, galpão de exposições, além de sanitários, bebedouros, mesa para jogos, mesa para piquenique, bancos, lixeiras, cercamento e placas de orientação.

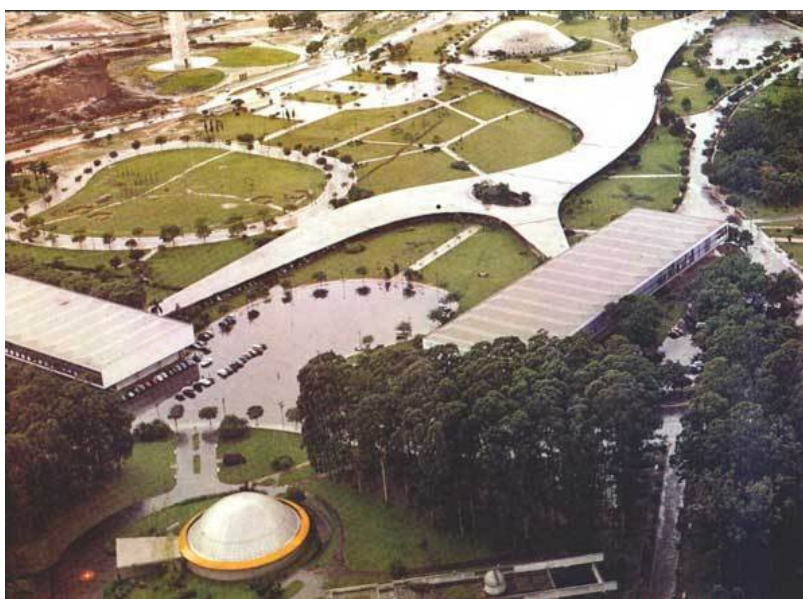


Figura 2 – Vista aérea parcial do Parque do Ibirapuera: marquise e imediações. **Fonte:** TÊAGÁ (2007).

Disposto sob uma área total de cerca de 1.584.000 metros quadrados (100 PARQUES, 2008), oferece atividades permanentes de lazer à população: equipamentos de ginástica, acervo próprio de alguns de seus museus, quadras poliesportivas,

⁶ Mesmo sabendo que este termo faz menção direta ao método de aptidão física criado por Kenneth H. Cooper em 1968, preferi chamar este espaço de Pista de *Cooper* e não de pista de corrida, uma vez que é comumente utilizado desse primeiro jeito por aqueles que frequentam este espaço, tal qual ocorre no Parque do Ibirapuera. Trata-se, outra vez, de um processo de apropriação, no qual um determinado lugar é diretamente reconhecido a partir do modo como é chamado.

programação do planetário, além das inúmeras possibilidades de lazer que podem ser vivenciadas em seus espaços livres.

A programação de atividades é intensa o ano todo, abrangendo, por exemplo, campanhas de saúde⁷, exposições temáticas para os mais diversos interesses⁸, feiras para públicos específicos⁹, roteiros para grupos escolares, *shows*, além de inúmeros cursos oferecidos pela administração do parque, como os de jardinagem e botânica.

A partir destas descrições materiais, é preciso partir para a dimensão pretendida por este estudo. Além de entender a função que o Parque Ibirapuera exerceu na organização da cidade de São Paulo, importa aqui também tangenciar algumas das tensões entre os objetivos de sua criação e os usos e apropriação que hoje são feitos do Parque. Para tanto, é importante apresentar o debate sobre os usos e a apropriação do espaço; como aquela que o configura, que o define, que lhe dá sentido e significado.

Este debate entre descrição e apropriação foi feito a partir do método de pesquisa antropológico, uma série de visitas ao Parque do Ibirapuera durante o ano de 2008. Na ocasião, o olhar microscópico (GEERTZ, 1989) do fazer antropológico se alinhava com os interesses deste trabalho. Seu caráter interpretativo auxiliou na compreensão dos significados e no caminho até a relação necessidade/estratégia, percebendo como se estabelecem os usos na realidade prático-sensível (LEFEBVRE, 2006) do espaço urbano, e mais especificamente do parque em questão.

Deste modo, se a princípio descrever as atividades e a estrutura física era um exercício importante, com o tempo o aspecto da apropriação foi ganhando força e sentido uma vez que, como pondera Magnani (2002, p.22), o importante para a elucidação deste método: “não é a obsessão pelos detalhes (...), mas a atenção que lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento”.

Os usos e a importância da apropriação do espaço

Relacionados ao segundo ponto levantado por Santos (1996) no início deste artigo, os usos e a apropriação do espaço guardam relação com as ações dos sujeitos e sua mediação pelas normas sociais. Esta tensão estabelece modos próprios de contato do

⁷ Como o evento público “Agita São Paulo”, em comemoração ao dia 6 de abril de 2008, dia mundial da atividade física e as atividades do dia do parkinsoniano.

⁸ No período em que a pesquisa de campo foi desenvolvida, foi possível observar diversas exposições acontecendo em diferentes prédios do Parque do Ibirapuera: Exposição do Exército Brasileiro (em diversos locais do Parque), em ocasião do dia do soldado, 12 de abril; Exposição *Star Wars*, Exposição da Revolução Genômica, entre outras.

⁹ Como a *Natural Tech* - Feira Internacional de Produtos Naturais, Alimentação Saudável e Medicina Complementar. O evento ocorre entre os dias 20 e 23 de abril.

usuário com o parque na produção do espaço (LEFEBVRE, 1986). Neste caso, no Parque do Ibirapuera na cidade de São Paulo.

Apesar das imposições e das formas de sanções impostas pelo sistema (os horários mais apropriados, as formas de acesso, os dias livres de trabalho, os grupos sociais e os espaços delimitados), ambos, usos e apropriação do espaço, denotam um sentido de vínculo e de pertencimento ao lugar.

Os usos demarcam uma relação com a cidade calcada não no valor de troca, mas em um contato mais próximo entre sujeito e espaço, dotado de urbanidade, atendendo às técnicas requeridas pela ligação existente entre necessidade e estratégia, pela qual se estabelecem na realidade prático-sensível (LEFEBVRE, 2006) do espaço urbano.

Pela observação destes usos é possível obter diferentes leituras da realidade, tipos inusitados de relações com o espaço, dos quais podem emergir possibilidades de vislumbrar novas maneiras de resolução de problemas, de construção de outros modelos de funcionamento da sociedade. Isto pode ser percebido nas ruas, nas calçadas, nos parques, no modo como o sujeito se movimenta nas cidades e como ele age durante suas práticas de lazer.

São estas várias propensões de usos que podem garantir a versatilidade dos espaços e a flexibilidade de seus fluxos. No caso do Parque do Ibirapuera, essas condições foram evidentes na observação do espaço da marquise e da pista central (NUNES JUNIOR, 2009). Em ambos, era notória a mudança de usos dependendo do dia da semana observado. Aos finais de semana e feriados os fluxos mais intensos e a frequência de grupos mais “subversivos” forneciam a estes espaços usos muito distintos daqueles observados durante o dia de semana, quando o parque era freqüentado majoritariamente por moradores dos bairros próximos, invariavelmente de classe média e alta.

O conceito de apropriação caminha de modo semelhante ao sentido do uso. Pol (1996, p.8), escreve que “la apropiación del espacio – con toda su complejidad – aparece como uno de los núcleos centrales en la interacción entre el ser humano y su entorno físico”. Apesar de ser oriundo da psicologia ambiental, este conceito está diretamente ligado ao aspecto psicossocial, compreendendo os processos cognitivos e afetivos em uma ação que é, ao mesmo tempo, transformadora. A partir disso, o uso e a ação são elementos básicos da apropriação, e pode-se considerar que por esta via é possível criar espaços e tempos de transformação (CODINA, 2007).

Outro ponto importante a ser discutido é a existência de tensões no uso e na apropriação do espaço, uma vez que de um lado há normas vigentes que procuram garantir certo tipo de prática permitida e, de outro, existe a participação dos sujeitos que podem impingir possibilidades de transformação, contidas nos usos e apropriações que estes fazem do espaço. As diferentes funções dadas ao Parque do Ibirapuera influenciaram a participação do público usuário. Pela imagem e pela circulação de sentidos atribuídos a cada espaço, certos significados foram diretamente decisivos na escolha dos usos por parte dos sujeitos. O anúncio de feiras de saúde ou de determinado *show* ou exposição aos finais de semana trazia ao Parque do Ibirapuera certo público, a partir dos interesses dos mesmos e do significado lançado ao espaço naquela ocasião.

Assim, é possível afirmar que afiliar a determinado espaço sinônimos como saúde, prestação de serviços públicos, programa cultural ou exposição, por exemplo, é um mecanismo que interfere nas escolhas e nos usos que serão feitos dos mesmos, embora sempre haja a possibilidade de outras formas de apropriação de um mesmo espaço.

Como visto anteriormente, tanto os parques urbanos como as demais formas de materialização do lazer na cidade formam, principalmente na primeira metade e meados do século XX, uma espécie de “contrato” estabelecido entre o sistema e o sujeito. Mecanismos lícitos para ações que, dentro do escopo que constituiu a modernidade, precisavam estar devidamente concatenados entre si. Porém, por constar-se de uma relação dialética, além dos possíveis determinismos, há implícito neste “contrato” a possibilidade de transformação da realidade, e neste sentido os parques podem ser espaços potencialmente mais propícios para a atuação rumo ao tempo livre, de liberdade para a liberdade (MUNNÉ, 1980). Este é um dos conceitos cunhados por Munné (1980) para definir o tempo livre, o qual seria construído pela tensão entre as ações heterocondicionadas (as necessidades e as obrigações) e as autocondicionadas (escolhas de vontade própria), e que caminharia na direção da segunda. Na combinação entre estes pólos o sujeito é capaz de ressignificar suas ações, de imprimir novos usos ao espaço por meio da apropriação.

O espaço para o tempo livre (NUNES JUNIOR, 2009) ocorreria nesta direção; na medida em que as ações dos sujeitos caminham no sentido da liberdade, prezando pela autonomia e pela vontade própria de cada um, em conflito com os agentes condicionantes do meio: o desenho arquitetônico, os conflitos sociais, as identidades, as limitações físicas, as imposições culturais, etc. No contato com o Parque do Ibirapuera durante uma pesquisa de campo realizada entre os meses de fevereiro e setembro de

2008, foi possível notar vários casos de apropriação que ilustram de modo interessante as idéias desenvolvidas até aqui sobre o assunto (NUNES JUNIOR, AMARAL; 2009).

Neste período, foram realizadas ao todo trinta e oito visitas ao local. Com frequência em diferentes dias e horários, as visitas ocorreram sistematicamente até o mês de julho, com outras eventuais idas a campo nos meses de agosto e setembro. Aos poucos, as diferentes apropriações foram sendo registradas, gerando novos usos e enriquecendo as descrições até então construídas sobre o Parque do Ibirapuera. Nesta última parte do texto, apresentarei algumas delas.

Apropriações no Parque do Ibirapuera

No domingo, dia 4 de maio, observei que cerca de trinta pessoas jogam voleibol e futebol em um gramado em frente às quadras poliesportivas. Pelas mochilas e pela mesa cheia de comida montada no chão, o grupo se organizou para passar o dia no parque. Representam o *pedaço* (MAGNANI, 1998)¹⁰ de algum bairro da cidade que nesse dia se organizou para ir até lá se divertir e que fazem do gramado um espaço extremamente significativo para suas práticas de lazer. Ali, são projetadas sociabilidades e características próprias deste grupo, códigos de ação e de relação característicos de seu bairro e que, ao menos temporariamente, tomam o Parque do Ibirapuera como espaço de ação por meio a apropriação.

Na Praça da Paz observei famílias, adultos e crianças brincando no imenso gramado verde que caracteriza o local. Um pai ensina seu filho a empinar uma pipa, e outro joga bola com suas duas filhas. Em ambos os casos, é evidente a noção de tempo dilatado que conduz as atividades.

Ambientes como a Praça de Paz e usos como estes anunciados acima têm papel importante uma vez que exercem a contrafunção de fuga e de espaço para a liberdade (MUNNÉ, 1980) aos seus usuários em pleno ambiente urbano. Este motivo corrobora para o papel de oásis atribuído ao Parque do Ibirapuera. Obviamente, cada um desses usos está imbuído de autocondicionamentos (por exemplo, a vontade pela brincadeira) e heterocondicionamento (por exemplo, o sol forte ou o desânimo da outra pessoa que brinca). Porém, de modo geral é possível dizer que se vivem dentro do Parque do Ibirapuera desejos que não são vividos lá fora: passeios de bicicleta, encontros à sombra das árvores, o olhar para o outro que não está trabalhando, o espaço sem a dominação dos carros, gramados, contato com animais, etc. A sensação das horas dilatadas é

¹⁰A categoria "pedaço" indica, entre outros, os códigos de reconhecimento e os laços de sociabilidade e reciprocidade existentes desde o núcleo familiar até um círculo mais amplo que envolve amigos, colegas e outros "chegados". O fator determinante são as relações que se estabelecem entre estes membros.

confirmada no espaço pela tranquilidade das temporalidades dos sujeitos que visitam o parque, como observei na Praça da Paz nesse dia.

Diferentemente de pistas próprias ou outros locais destinados à prática destas modalidades de rua, na marquise do Ibirapuera os usos, tanto pelas bicicletas quanto pelos patins e pelo *skate*, ocorrem apenas em um vão livre com nenhum equipamento específico para estas práticas, corrimãos, rampas ou pequenas plataformas para saltos. Durante as visitas ao campo, foi observada a utilização de alguns materiais improvisados para manobras específicas: caixas de papelão, garrafas descartáveis, entre outros, exemplificando alguns dos apetrechos utilizados. Em uma das observações, um grupo de patinadores fez um circuito, com graus de dificuldade diferentes, utilizando como obstáculo caixas de papelão, algumas inteiras e outras cortadas. Dispuseram-nas em seis pontos diferentes, e, um por um, tentavam cumprir o circuito, de modo a evitar que o papelão fosse tocado.

Embora possa parecer estranho o porquê deste espaço desprovido de rampas e incrementos para saltos ser tão procurado por parte destes grupos, esta situação se explica pelo fato da marquise ser um ponto de encontro. Este espaço tem notoriedade para estes sujeitos na medida em que conseguem reunir centenas de jovens com suas gírias, seus trejeitos, especificidades próprias de suas turmas e seus bairros. Ainda nas observações feitas em 2008, notei as similaridades das roupas dos ciclistas: o boné virado para trás, a calça larga e as gírias utilizadas. Ao mesmo tempo, um grupo de *skatistas* faz uma roda ao lado do banco onde eu estava sentado e começam a comer os lanches, o refrigerante de marca econômica e o pacote de biscoitos são quase os mesmos para todos.

Mais que servir de cenário para o treino de gestos técnicos, a marquise congrega um conjunto de performances e interesses em comum que aqui são aglutinados pela forma de vivenciar o lazer e pelo espaço escolhido para praticá-los. Ao mostrar suas manobras, na verdade cada um deles está fazendo o exercício de marcação de territórios, aprendendo não só as técnicas destas práticas, como também as técnicas de pertencimento ao grupo.

O espaço da marquise não é liso (GUATARRI, 1985)¹¹. Se a princípio a homogeneidade causada pelo piso de cimento batido, pela simetria das colunas brancas

¹¹ Na década de 1980 Félix Guatarri criou, juntamente com Gilles Deleuze, o termo “espaço liso”. A expressão enunciava as mudanças espaciais enfrentadas pela nova ordem social da segunda metade do século XX: autoestradas, grandes vazios e espaços amplos sem referências e marcas que pudessem aproximar o sujeito do local vivido. Na mesma década, autores da chamada corrente pós-modernista criaram novas categorias para explicar estas mesmas mudanças. É o caso do “hiperespaço” de Jameson (1991), dos “não lugares” de Augé (1992), e da “contração do espaço” de Harvey (1989).

e pelo teto com luzes igualmente espaçadas dá a aparência uniforme ao lugar, o conjunto composto pelos sujeitos e seus usos reverte esta situação. Cada grupo apresenta especificidades, estratégias e astúcias (CERTEAU, 1994) próprias para ocupar os fixos (SANTOS, 1996), conforme apontam as descrições aqui apresentadas. Os sujeitos elegem determinados lugares na marquise para permanecerem durante o dia. Recostados em alguma coluna, próximos aos *playgrounds*, ou no corredor mais próximo ao Museu Afro, cada grupo estabelece marcas para os espaços que ocupam: bicicletas deitadas no chão, mochilas encostadas nas paredes, aparelho de som ligado.

Não só há determinados espaços marcados para os grupos como também existem fronteiras para os diferentes estilos e níveis profissionais dos mesmos. O eixo de comunicação entre as três alas (Oca, Museu de Arte Moderna e Museu Afro) é onde as manobras de *bike* mais arriscadas acontecem, onde se formam os pelotões de bicicletas para empreendimentos em conjunto. Perto dali aparecem os *skates* e, um pouco mais afastados, os patins. Os praticantes mais amadores, as mulheres e as crianças desenvolvem suas manobras em regiões mais distantes desta área ou em horários de menor pico.

A parede branca na região dos sanitários é literalmente marcada pelo uso das bicicletas e dos *skates*, como acompanhei nas tentativas de um garoto para a realização de uma manobra. Depois da fase de aceleração, um salto é seguido do contato com a parede para uma posterior aterrissagem, a qual dá origem à aceleração para um novo ciclo. A parede fica toda suja por estas e outras tentativas feitas, substituindo a homogeneidade do branco pelos traços escuros de borracha das rodas de bicicletas e *skates*. Cada gesto observado é próprio de seu executor, e dota o espaço de determinados usos. Elementos diversos, marcadores de sentido para o espaço que a distanciam de sua condição primeira de espaço liso (GUATARRI, 1985).

No período de seis meses de trabalho de campo foi possível observar inúmeras maneiras de utilização deste espaço: apresentação de orquestra sinfônica, na exposição do Exército Brasileiro no dia 12 de abril; apresentação de coral de idosos durante evento no dia 13 de abril; posto de arrecadação de material reciclável também no dia 13 de abril; postos de vacinação infantil no dia 17 de maio; apresentação de *street dance* no dia 6 de julho, entre outros. Cada um desses pequenos eventos aconteceu com sujeitos diferentes, de grupos distintos e com intenções próprias. Estas diversidades compõem a marquise com marcas interessantes, dotando-a de urbanidade a partir dos usos feitos desse espaço.

No imenso gramado verde que compõe a Praça da Paz este movimento é evidente: o descanso sob a sombra de uma árvore, as pipas, os namoros, as bolas, os cachorros, as crianças; diversas situações que podem compor de modo interessante a relação entre o autocondicionamento e o heterocondicionamento para estas práticas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, S. C. F. 2001. Lazer/Recreação: Estudos de memória na cidade de Porto Alegre – uma proposta em andamento. *Licere*, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.109-123.

ANDRADE, M. M. 2008. *O Parque do Ibirapuera: 1890 a 1954*. *Arquitextos*, São Paulo, n° 051.01, 2004. Disponível em :<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq051/arq051_01.asp> Acesso em: 5 jul 2008.

AUGÉ, M. 2001. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. M. L. Pereira. Campinas: Papirus. (Trabalho originalmente publicado em 1992).

BRITO, F.; SOUZA, J. 2008. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 4, p. 48-63, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a03.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

CERTEAU, M. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

CODINA, N. 2007. Entre el ocio, el turismo y el consumo. El tiempo y la apropiación del tiempo. In: MARTINEZ, J. R. (org.). *Perspectivas y retrospectivas de la Psicología Social en los albores del siglo XXI*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007 p. 205-214.

GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GUATARRI, F. 1985. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, v. 6, p. 109-121.

HARVEY, D. 1999. *Condição Pós-Moderna* (Trad. A. U. Sobral e M. S. Gonçalves). Rio de Janeiro: Loyola. (Trabalho originalmente publicado em 1989).

JAMESON, F. 1984. *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*. New Left Review. 146, p.53-92.

KLIASS, R.G. 1993. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini.

LEFEBVRE, H. 2006. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

_____. 1986. *Production de l'espace*. Paris: Anthropos.

LOFEGO, S. L. 2004. *IV Centenário da cidade de São Paulo*. Uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Anna Blume.

MACEDO, S. S; SAKATA, F. G. 2002. *Parques Urbanos no Brasil* (Brazilian Urban Parks). São Paulo: Edusp.

MAGNANI, J. G. C. 1998. *Festa no pedaço*. São Paulo: Hucitec.

MAGNANI, J. G. C. 2002. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, p.11-29.

MARCASSA, L. 2002. *A invenção do lazer* – educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

MONDADORI, A. 1975. *Niemeyer*. São Paulo: Milão, apud MACEDO; ESCOBAR, 2005.

MUNNÉ, F. 1980. *Psicossociologia del Tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trillas.

NUNES JUNIOR, P. C. 2009. *Espaço para o tempo livre*. Considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

NUNES JUNIOR, P. C.; AMARAL, S. C. F. 2010. Entre a marquise e a pista central. Espaço para o tempo livre no Parque do Ibirapuera. *Movimento*, v. 16, n.2 p. 249-265.

POL, E. 1996. *La apropiación del espacio*. In ÍÑÍGUEZ, L.; POL, E. (coord.) *Apropiación, Cognición y Representación Ambiental*. Monografías PsicoSocioAmbientales. Barcelona: PUB, pp. 45-62.

PORTO, A. R. 1992. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Forte.

SANT'ANNA, D. B. 1994. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero.

SANTOS, M. 1996. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. 2008. *100 Parques...* Disponível em: <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sitesvma/100_parques/regiao/sul/index.php?p=46> Acesso em: 22 ago. 2008.

TÊAGÁ. 2009. *Coletânea de fotos antigas de São Paulo*. 2007. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=431868>>. Acesso em: 13 maio 2009.

Para citar essa obra:

JUNIOR, Paulo Cezar Nunes. O Parque do Ibirapuera e o lazer na cidade de São Paulo: da descrição à apropriação. RUA [online]. 2011, no. 17. Volume 2 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABE URB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>